

Projeto: Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2000-2015)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência - COSTA, Samira Lima da; VIDA, Cindy Passeti da Costa; GAMA, Isabela Augusta; LOCATELLI, Nathália Tarossi; KARAM, Bruno Jaar; PING, Chao Tsai; MASSARI, Marina Galacini; PAULA, Tailah Barros de; BERNARDES, Ana Flávia Martins. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. Saúde Soc. São Paulo, v. 24, n. 3, p. 1089-1102, 2015.

2) Resumo e Palavras-Chave - O estudo teve como objetivo investigar o cotidiano de gestantes em situação de rua e sua relação com as políticas públicas na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo. A coleta de dados foi feita através do registro e estudo de narrativas de memórias de vida. A análise deu-se pelo agrupamento temático de trechos das narrativas, sendo identificadas quatro principais categorias: vida na rua; cuidado e gestação; projetos futuros; e rede pública de serviços. As narrativas revelam mulheres com capacidade criativa para desejar uma vida melhor a partir da possibilidade de ter um filho. Entretanto, a condição social em que vivem, envolvendo a luta diária pela sobrevivência e, em alguns casos, a dependência química dificultam o planejamento de estratégias que transformem o desejo em um projeto de vida. Dessa forma, na maioria das vezes perdem a guarda de seus filhos. Embora conheçam os serviços públicos, quase sempre os acessam apenas em casos de urgência. Não se identificaram na rede de serviços assistenciais – pública e do terceiro setor – programas focados na questão da gestante em situação de rua, ainda que o Brasil já viva, atualmente, histórias de famílias que têm a situação de rua como experiência intergeracional. Os resultados apontam para a necessidade de constituição de políticas intersetoriais, voltadas para gestantes em situação de rua.

Palavras-Chave: gestantes; sem-teto; assistência social; políticas públicas.

3) Objetivo do estudo - O estudo teve como objetivo investigar a realidade de vida de moradoras em situação de rua durante o período gestacional, caracterizando seu cotidiano.

4) Tipo de pesquisa – qualitativa

5) Período da pesquisa - O estudo foi realizado na cidade Santos/SP, durante os anos de 2009 a 2013.

6) Forma de coleta de dados - A coleta de dados foi feita através de narrativas de memórias de vida de mulheres gestantes acima de 18 anos em situação de rua. Foram também consideradas mulheres em situação de rua mães de bebês com menos de 2 anos de idade, cuja gestação tivesse ocorrido nas ruas. De acordo com informações oferecidas pela equipe do serviço de abordagem direta a essa população, no período da pesquisa foram localizadas 20 gestantes nas ruas da cidade e outras 7 mulheres cujas gestações haviam ocorrido também nas ruas, nos últimos dois anos. Dessas 27 mulheres, 13 participaram da pesquisa, tendo idade acima de 18 anos. Para as narrativas optou-se pela entrevista aberta, no modelo de história oral de memórias de vida. Esse recurso narrativo permite que a entrevista flua no formato de uma conversa (MINAYO, 2004).

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico - Para analisar as narrativas foi utilizado o método de análise do conteúdo, a partir do agrupamento em categorias semânticas (MINAYO, 2004).

8) Resultados / dados produzidos - Os dados alcançados contribuem para a identificação de quatro principais categorias semânticas nas falas dessas mulheres: a vida na rua, o cuidado com a gestação, o projeto de futuro e a rede pública de serviços.

Após a análise das entrevistas, conclui-se que para essa população há vantagens em morar nas ruas, pois nelas há grande liberdade, uma vez que, a seu ver, não possuem regras. Nas ruas, os moradores adquirem alimentos com facilidade, dispõem de vários locais propícios para a higiene pessoal e podem fazer uso excessivo de drogas, visto que nas ruas têm fácil acesso a estas substâncias, que fazem parte da sua rotina. Entretanto, as relações de violência com os demais moradores de rua, com a polícia e com a sociedade em geral, também descritas em suas narrativas, apontam para uma tensão entre liberdade e cerceamento, possibilidades e ausências.

O abrigo pode ter uma função protetora, na medida em que oferece a possibilidade de mudança de rotina e de hábitos, criando condições para deixar o uso de substâncias nocivas. Todavia, o abrigo feito de forma compulsória ou a permanência em equipamentos de abrigo que não criem condições de acolhimento adequado e perspectivas de mudança de vida podem se constituir espaços de violências múltiplas (moral, emocional e física). Tais experiências podem levar a uma resistência ao abrigo.

Mesmo com todas as vantagens que dizem possuir na rua, quase todas as mulheres entrevistadas (11 de 13) disseram ter expectativa de mudar de vida, sair das ruas, conseguir um emprego e poder cuidar do seu filho, constituindo uma família.

Entretanto, para essas futuras mães o fato de não ficarem com seus bebês após o nascimento parece comum e aceitável. Elas entendem que não possuem condições para criá-los e que em alguma instituição ou com outros parentes o bebê será mais bem cuidado.

A realidade que se identificou nesta pesquisa foi a de mulheres que possuem a capacidade criativa para desejar uma vida melhor, tendo a gravidez como um possível disparador ou potencializador de sonhos. A condição social que vivem hoje – na qual, por um lado, têm necessidade de todos os dias lutar por sua sobrevivência e, por outro, adquirir de forma relativamente fácil, mas aleatória e flutuante, os itens necessários à sua sobrevivência – dificulta a possibilidade dessas mulheres planejarem estratégias para alcançar a realidade almejada. A incerteza do presente pode produzir um futuro como algo distante ou impensável, sendo, portanto, um tempo no qual se depositam desejos inalcançáveis, fazendo com que permaneçam na mesma condição, repetindo o ciclo entre a rua e o abrigo; entre gravidez, plano de família e perda da guarda.

9) Recomendações - Diante do cenário apresentado, vê-se a necessidade de um acompanhamento com a gestante moradora de rua que contribua para seu acesso a serviços. Mostrou-se a necessidade de aumentar o cuidado e a proteção social desse público específico, de modo a construir um raciocínio político adequado, buscando compreender o fenômeno contemporâneo da constituição de famílias com várias gerações com extensas experiências de abrigos-ruas. Apresenta-se como uma necessidade, ainda, a construção de novas formas de atuar junto a essa população, tendo como eixo as atividades cotidianas e as estratégias de vida, deslocando o foco da atenção do bebê para a própria mulher, adequando-se ao ritmo e à dinâmica de vida dessa população.

10) Observações e destaques - No Brasil, a segmentação da população em situação de rua é muito heterogênea. Não há uma explicação única para o sujeito viver nas ruas, pois, além de estar relacionado a fatores estruturais, existem grandes variações entre as pessoas, suas histórias, suas escolhas, de forma que o fato de morar na rua os coloca em situação semelhante, mas não os torna sujeitos iguais.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.